



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo II

História da Formação do Capitalismo

Aula 2

Capitalismo, Imperialismo e Subdesenvolvimento

Ricardo L. C. Amorim¹

O capitalismo já é uma realidade, mas o momento é de expansão e consolidação de sua força ao redor do mundo. A Inglaterra já não utiliza a coerção extra-econômica internamente, mas o faz para pregar o liberalismo econômico por todo o globo. Ao mesmo tempo, surgem novas nações industrializadas que passam a competir com a nação hegemônica, por enquanto, pacificamente. O sucesso econômico e a ampliação das escalas produtivas são surpreendentes. A produtividade do trabalho alcança cifras sem comparação. As nações mais pobres recebem os ventos da nova época sem romper com seus antigos laços de dependência. Entretanto, o relativo sucesso econômico esconde um final triste: as 2 Grandes Guerras. Para entender esse momento, o capítulo debate quatro conceitos da maior relevância para o capitalismo mundial: *o capital financeiro, o imperialismo, o subdesenvolvimento e a dependência*. Para tanto, o texto está dividido em 4 partes, além desta introdução. Na primeira, discutem-se os fundamentais conceitos de capital financeiro e imperialismo, assim como suas relações. Na segunda, o assunto tratado é a subdesenvolvimento. Já na terceira seção, a dependência entra em foco e são buscadas suas raízes para os países latino-americanos, marcadamente o Brasil. Por fim, a guisa de conclusão, alguns comentários sobre o problema do desenvolvimento econômico são colocados.

1. O domínio inglês e a derrocada do capitalismo concorrencial

¹ **Ricardo Luiz Chagas Amorim** é professor-pesquisador do NPQV, vinculado ao CCSA da Universidade Mackenzie. É também doutorando em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP e membro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).



Como visto no capítulo anterior, ao terminar seu ciclo têxtil, a Inglaterra inicia um período de grandes investimentos em ferrovias fortalecendo cada vez mais um novo setor até então secundário: o setor de bens de produção. Porém, é importante afirmar que não há ruptura ou mudança drástica nesse novo ciclo de acumulação, pois:

1. a nova tecnologia utilizada é uma evolução da já existente, sendo, portanto, dominada pelos trabalhadores dos respectivos setores;
2. embora o capital necessário para investimento seja maior, também não há saltos ou descontinuidades².

É nesse momento que se vive o chamado *capitalismo concorrencial*. O nome indica uma fase na história do capitalismo em que, embora a indústria já estivesse constituída, não havia barreiras à criação e entrada em cena de novos capitais produtivos³ (Oliveira, 1985). Afinal, como já foi apontado, a tecnologia era dominada pelos trabalhadores mais especializados e o montante de capital necessário não era relativamente alto. Na verdade uma máquina não custava mais do que alguns meses de trabalho de um operário. Mas, não é só da possibilidade de criação de capitais industriais que caracteriza o período.

Quando ele ocorre, o proletariado já está constituído e os fluxos migratórios entre os países também são livres. Ademais, é visível ainda não só o desenvolvimento do setor produtor de bens de produção, mas também a crescente integração entre ele e o setor produtor de bens de consumo. Mais: dada a própria dinâmica do sistema capitalista, como se verá mais adiante, é possível afirmar que o segundo torna-se dia-a-dia mais dependente do primeiro, principalmente por ser nele onde são geradas as inovações tecnológicas tão importantes a concorrência entre os capitais. Nesse processo em que a aquisição de máquinas e equipamentos já é um elemento muito importante na vida econômica de um país em industrialização, as fontes de financiamento serem compatíveis com os investimentos passa a ser fundamental para a continuidade e expansão da acumulação de capital.

Nesse ambiente, e é importante ressaltar isso, entre todos esses elementos, é que surge o mercado como grande regulador do sistema. Ali, o investimento, a produção e a venda das mercadorias eram reguladas através da concorrência entre os capitais refletida numa disputa de

² A única exceção é a estrada de ferro que, dado seu tamanho e logística, necessita de grandes volumes de capital. Por isso, seus recursos terminam por ser captados através da venda de participação aos capitalistas já estabelecidos.

³ As páginas iniciais do capítulo 2 da II Parte de OLIVEIRA (1985) são esclarecedoras.



preços. O princípio da oferta e demanda, definindo o valor de troca dos bens no mercado, é ainda o grande mecanismo capaz de dar consistência, direção e impor uma ordem ao sistema. Naturalmente, a própria força de trabalho, agora considerada simples mercadoria, passa a integrar o conjunto das trocas da economia.

É assim que a dinâmica da economia inglesa tende a espalhar-se pelo mundo logo após as Guerras Napoleônicas. Sua indústria, monopólio bretão à época, possuía potencial produtivo para gerar vendas em todo o globo, mas para isso os diferentes mercados estrangeiros não podiam ser protegidos, forçando o tom da diplomacia inglesa em favor do liberalismo econômico. O fim das *Corn Laws* (1846)⁴ ajudaram bastante nessa empreitada e o motivo era simples: as demais nações ficaram interessadas no consumo britânico de bens primários. Mas para ter acesso àquele mercado, os diferentes países foram “estimulados” a adotar o liberalismo como princípio econômico. Assim, os britânicos passaram a ser os fornecedores mundiais de bens industrializados e de capital, enquanto o resto do mundo seus fornecedores de alimentos e matérias-primas. É um círculo vicioso: ao importar bens primários em grandes quantidades os britânicos criavam poder de compra nos seus parceiros que compravam bens industrializados do único fornecedor possível.

Essa primeira *divisão internacional do trabalho* que separa o mundo em uma nação industrial e hegemônica na economia mundial e os demais, marcadamente produtores de bem primários ou semi-manufaturados, chegará até os países da América Latina, inclusive ao Brasil, com efeitos contraditórios. Em primeiro lugar levará ao aprofundamento da estrutura produtiva rudimentar ligada a grandes fazendas, mas por outro pressionará fortemente pelo fim de relações de produção pré-capitalistas como a escravidão⁵.

O efeito não será o mesmo em algumas nações que encontram-se socialmente em situação semelhante a Inglaterra pouco antes da sua Revolução Industrial. Serão essas nações as únicas a lograr alcançar a industrialização nessa fase da história. Duas delas, França e Alemanha, podiam ser caracterizadas como oriundas da desintegração da sociedade feudal. De maneira simples: sua produção era realizada por pequenos proprietários que sob a intervenção do capital comercial expandiram-se; a divisão social e técnica do trabalho acompanhou o desenvolvimento da produção

⁴ As “Corn Laws” foram leis implantadas na Grã-Bretanha que fechavam o mercado interno de grãos às importações oriundas da França, Rússia e Itália. Naturalmente, essas leis atendiam aos interesses dos grandes proprietários e comerciantes que obtinham lucros significativos com o valor elevado dos cereais. Sua revogação significou uma vitória para os grupos urbanos e livre-cambistas, dentre David Ricardo.

⁵ Os efeitos e as conseqüências dessa divisão internacional do trabalho serão assunto das seções que tratam do subdesenvolvimento e da dependência no Brasil.



e do comércio; e logrou-se instalar a manufatura como último estágio antes da implantação da indústria. A única exceção são os Estados Unidos da América, uma nação jovem, sem passado feudal, mas caracterizado, naquele momento, por pequenos produtores proprietários que buscavam a expansão do seu capital imbuídos da ética protestante⁶.

As relações com a Inglaterra foram indubitavelmente grandes alavancas para a industrialização desses países. Por quê? Com o capitalismo concorrencial e tendo eles as condições sociais internas, não foi difícil importar máquinas e concentrar recursos para o crescimento de uma indústria nacional. Mesmo que suas dinâmicas de acumulação ainda não permitissem uma industrialização, o fato de seu capitalismo ser atrasado em relação ao inglês, permitiu comprar máquinas prontas e trazer operários especializados, saltando etapas no seu processo de desenvolvimentos das forças produtivas. Nas palavras de Landes, “*a crescente independência tecnológica do Continente (europeu) resultou largamente da transmissão homem a homem dos conhecimentos técnicos*” (Landes, 1994: 150). Porém mesmo o crescimento industrial, principalmente têxtil, não revolucionou a produção e o processo de acumulação nesses países por duas razões:

1. a mercantilização não era tão profunda. Os mercados eram locais e as vezes isolados;
2. a alternativa de mercados externos também não representava solução, pois a Inglaterra já dominava o comércio mundial de têxteis.

Logo, não foi possível expandir a produção a ponto de torná-la significativa em relação ao restante da economia. Aqui, mais uma vez, o relacionamento com a Inglaterra foi importante. As ferrovias (de origem inglesa) permitiram integrar localidades, trazer para o mercado regiões antes auto-suficientes, valorizar áreas agrícolas que passaram a atender centros urbanos e criar uma crescente massa de salários nas indústrias envolvidas com as ferrovias, impulsionando a demanda de bens de consumo. Percebe-se, assim, que desde o início da industrialização atrasada, o setor produtor de bens de consumo nasceu impulsionado pela indústria de bens de produção. É a partir, portanto, da constituição do setor produtor de máquinas e equipamentos que a economia se revolucionou nesses países e eles se tornaram capitalistas industriais.

⁶ Para uma discussão fundamental da relação entre acumulação de capital e ética protestante, ver o insubstituível trabalho de Weber (1967).



Porém, praticamente no último quartel do século XIX surgem ainda mais três países entre as nações industrializadas: Rússia, Japão e Itália. Esses, embora também tenham uma estrutura produtiva interna semelhante à Inglaterra antes da Revolução Industrial, podem ter sua industrialização caracterizada por três pontos:

1. fortíssimo intervencionismo estatal, mais importante do que na França e Alemanha;
2. motivações de segurança nacional que conduziram os estados a planos de industrialização;
3. momento em que realizaram suas industrializações: durante a 2ª revolução Industrial.

Em todos os casos, fica claro que as industrializações atrasadas saltaram etapas de seus processos de desenvolvimento das forças produtivas. Mesmo que suas condições internas fossem favoráveis, o fato do grande país hegemônico não fazer segredos de seus avanços tecnológicos, sem dúvida, contribuíram sobremaneira.

Desse modo, querendo caracterizar o período de domínio inglês, pode-se dizer que a chamada Pax Britânica (1815 a 1914) sustentou-se em quatro elementos descritos por Polanyi (2000):

1. sistema de equilíbrio do poder, no qual a nação hegemônica ligava-se a 2ª maior potência, deixando qualquer insatisfeito fraco demais para uma guerra;
2. Estado de caráter liberal;
3. mercado auto-regulável capaz de impor ordem ao sistema;
4. Padrão Ouro como forma de ordenamento das trocas monetárias e financeiras internacionais.⁷

Mas a estes elementos juntava-se um outro fator com um duplo, mas complementar, papel: manter a paz entre as grandes potências e conduzi-las ao liberalismo econômico. Esse papel era desempenhado pelas altas finanças, constituídas pelos grandes agentes financeiros mundiais,

⁷ Este sistema vinculava o valor das moedas nacionais a um determinado peso em ouro, dando estabilidade ao padrão de trocas e monetário internacional. Seu funcionamento levava o país que possuísse déficit no balanço de pagamentos a exportar ouro para pagar suas compras no exterior. Como havia uma paridade fixa entre quantidade de ouro e dinheiro no país, ao sair ouro, diminuía a quantidade de moeda em circulação o que, segundo a teoria que sustentava o sistema, levaria a uma queda nos preços internos. Essa queda nos preços tornaria os bens produzidos no país mais baratos do que os comprados no exterior, barateando as exportações e encarecendo as importações. O resultado seria o reequilíbrio automático das contas externas do país. O movimento para um país com sobras de exportação seria exatamente o contrário. Para maiores informações, ver o excelente livro de EICHENGREEN (2000).



capazes de emprestar recursos a governos e empresas. É o interesse dos países nos recursos e nos empréstimos que a alta finança pode oferecer que se baseia o sucesso da paz⁸. Interessados por motivos óbvios nessa paz, os grandes financistas pressionaram em favor da paz, principalmente através dos olhares restritivos aos países considerados belicosos. De maneira simples, o país que não colaborasse poderia ficar sem crédito. Isso, em um mundo onde a interdependência entre os países e as trocas comerciais eram a tônica, significava uma questão muitíssimo grave.

O problema é que a própria lógica de funcionamento do sistema capitalista levou a derrocada da concorrência, marcadamente a de preços em mercados livres à entrada e saída de investimentos. Como se viu, no capitalismo concorrencial as leis de mercado eram as principais reguladoras de todo o investimento, produção e venda das mercadorias. Porém, a concorrência pregou uma peça nos liberais. Em outras palavras, o sistema conduziu *concentração* e *centralização*⁹ do capital e, no final, a própria extinção da concorrência como se conhecia até então.

Como? Nesse ponto é importante retomar um pouco as proposições marxistas. Dentro da lógica econômica capitalista, onde a propriedade privada dos meios de produção permite aos donos das empresas comprar a mercadoria força de trabalho e consumi-la, o uso dessa mão-de-obra cria um pequeno milagre: a mão-de-obra, comprada em horas de trabalho, produz mercadorias em valor superior ao valor da quantidade de horas que lhe foram pagas. Ou seja, a cada nova produção, cria-se um novo excedente. Em outras palavras, ao comprar a mercadoria trabalho pelo valor disponível no mercado, o capital, buscando a cada ciclo produtivo, valorizar-se, usa essa força de trabalho e ela é capaz de gerar um produto cujo valor é superior ao seu custo em salário. Com isso o capital apropria-se de trabalho não pago, a *mais-valia*, que permite não só a acumulação de capital, mas — e talvez isso seja mais importante — a continuidade daquela ordem social e das mesmas relações de produção da sociedade burguesa em escalas cada vez mais ampliadas (Marx, 1986)¹⁰.

Esse processo, ocorrendo em uma fase de franca competição entre os capitais, obriga os mesmo a constante ampliação e busca de valorização. De outro modo, a acumulação de capital

⁸ Essa paz não significa uma paz mundial, mas simplesmente uma paz entre as grandes potências. As guerras localizadas na área das ex-colônias ou outras que não interferissem diretamente no fluxo comercial e financeiro das potências podia (e ocorria) de acordo com os interesses.

⁹ Os conceitos de *concentração* e *centralização* do capital são muito importantes. O primeiro diz respeito ao processo de crescente acúmulo de capital na mesma empresa, isto é, a constante ampliação da capacidade produtiva da companhia. Essa tendência, como se verá, é inerente ao próprio funcionamento do sistema capitalista. Já a centralização do capital é mais controversa e informa que os capitais dispersos em diferentes companhias são, principalmente durante as fases de baixa no ciclo econômico, incorporados por empresas mais fortes, isto é, as grandes empresas superam, compram ou destroem os capitais mais fracos, centralizando cada vez mais todo o capital de uma sociedade.

¹⁰ Esse processo é descrito na Lei Geral de Acumulação Capitalista. Ver MARX (1986), especialmente o capítulo XXIII da seção sete: ‘*La Ley General de la Acumulación Capitalista*’.



desenfreada aparece, assim, como um fenômeno necessário a cada capital individual e inevitável para toda a sociedade, ocasionado diretamente pela concorrência intercapitalista. Foi nessa fase competitiva que a liberdade para agir e a existência de mercados para os produtos levou os produtores a utilizar as inovações técnicas *já* disponíveis a fim de aumentar rapidamente a produtividade e ganhar mercado. Com isso era possível ampliar sua parcela do mercado, mas também, e principalmente, extrair uma crescente massa de mais-valia relativa¹¹. O problema é que os capitais que não lograram investir e melhorar sua capacidade produtiva viram-se obsoletos diante da concorrência fortalecida e moderna. O resultado bastante previsível foi a vitória dos capitais mais fortes sobre os mais fracos, levando ao processo de centralização do capital.

Foi essa concorrência que conduziu, portanto, à busca incessante de taxas diferenciadas de lucro cujo objetivo final era a própria sobrevivência do capital. Sua arma principal nessa luta foi a tecnologia disponível nas máquinas e equipamentos novos. Porém, apropriar-se de tecnologia e superar a concorrência foi se tornando cada vez mais difícil, pois a competição sem peias conduziu a eliminação dos elos mais fracos das cadeias produtivas e a concentração do capital e da produção em um número cada vez menor de empresas cada vez maiores. A forte concentração e centralização do capital levada a efeito pela concorrência culminaram com um enorme crescimento das escalas produtivas e a Segunda Revolução Industrial.

O problema é que, agora, dados o tamanho e a concentração do capital, as tecnologias não eram mais desdobramentos de processos conhecidos, mas sim crescentemente frutos da aplicação de saber científico à produção. E isso, dado o gigantismo alcançado pelas empresas, passou a exigir volumes significativos de crédito a fim de movimentar imensos investimentos de prazos longos de maturação e riscos crescentes. A continuidade desse mesmo movimento era, no entanto, imprescindível à sobrevivência de cada uma das empresas. Em outras palavras, dada a luta concorrencial, a sobrevivência das empresas passou a estar intimamente ligada a crescente acumulação de capital e, deste modo, ao desenvolvimento do sistema de crédito (Mazzuchelli, 1983).

2. O capital financeiro e o nascimento do imperialismo moderno

¹¹ Tanto a mais-valia absoluta quanto a relativa são traduzíveis no valor das horas de trabalho não pagas. Porém, para se conseguir gerar mais-valia absoluta é preciso elevar as horas de trabalho do empregado mantendo-lhe a remuneração. Já na mais-valia relativa, basta elevar a produtividade, gerando mais bens com as mesmas horas de trabalho de antes, e manter o salário que os ganhos do capital serão ampliados.



Todo esse processo descrito acima foi muito bem percebido por alguns pensadores da época. Estudiosos preocupados com um sistema que mostrava suas garras não só na forma de exploração do trabalho, mas também no expansionismo e opressão violenta a povos distantes, ficou claro a eles que o capitalismo passava por uma mudança significativa e esta vinculava-se à:

1. mudanças evidentes de escala de produção e das plantas fabris;
2. importância crescente da mobilização de grandes volumes de capital-dinheiro para a continuidade e expansão dos capitais produtivos;
3. confluência de interesses entre o capital industrial em franca expansão e o capital bancário já sólido, tanto no que se refere aos créditos como aos lucros;
4. expansionismo territorial, econômico e político dos países mais desenvolvidos em direção a seus pares e aos países mais pobres, inclusive pré-capitalistas;
5. enorme elevação da produtividade do trabalho;
6. completa separação entre a execução direta das tarefas e a concepção, o gerenciamento e o controle do processo produtivo;
7. redução da coerção física sobre a classe trabalhadora e mesmo sua cooptação em defesa daquele arranjo social.

Ou seja, mudanças muito importantes que pareciam apontar para uma nova fase do capitalismo e da sua forma histórica de acumulação. O quadro foi tornando-se claro quando obras seminais começaram a vir a público e, dentre elas, duas que alcançaram maior fama: “*O Capital Financeiro*” (1910) de Rudolf Hilferding e “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*” (1916) de Wladimir Lênin¹². Ambas trazem uma análise similar de todas essas transformações ocorridas na época, porém, enquanto o primeiro aprofunda-se na economia e explica pormenorizadamente como ocorre a transição da concorrência para o domínio de grandes empresas, o segundo dá maior ênfase a problemática política e as conseqüências da nova fase.

¹² Outros autores muito importantes sobre a problemática desse período são John A. Hobson (*Imperialismo: um estudo*), Rosa Luxemburgo (*A acumulação de capital*), Nicolai Bukharin (*Imperialismo e economia mundial*). Posteriormente a esses autores seminais surgiram diversas abordagens do problema do capitalismo moderno, inclusive com versões sobre o reflexo da sua expansão sobre os países periféricos e seus povos. Para isso, ver Samir Amin, Gunnar Myrdal, André G. Frank, Raul Prebisch, Celso Furtado, Florestan Fernandes, entre outros.



Hilferding (1985)¹³, por exemplo, afirma que nesse momento da história do capitalismo, as companhias, através da concentração e centralização do capital apontadas antes, ganham tamanho peso que a continuidade da sua expansão demanda quantidades de recursos muito grandes. Este volume para ser conseguido torna imprescindível a participação do capital bancário, centralizador que é da poupança da sociedade.

É interessante notar que a forma pela qual as empresas buscaram esse capital-dinheiro necessário a sua expansão nem sempre foi o crédito tradicional. Além dele, desenvolveu-se no período a chamada sociedade anônima, isto é, empresas grandes cuja propriedade do capital é fragmentada em títulos (ações) que são vendidas a outros capitalistas e também a instituições financeiras, marcadamente bancos. Tais operações tiveram duas conseqüências complementares e fundamentais para a transformação do capitalismo a época:

1. transformou o capitalista industrial, dono e gestor de sua empresa, em um possuidor de ações que lhe conferiam direito sobre o lucro do negócio, mas não o mantiveram necessariamente como seu administrador. Em outras palavras, o capitalista tornou-se um portador de títulos negociáveis na praça, portanto, portador de uma riqueza muito mais líquida e mutável e que, por isso, poderia distanciar-se da gestão da fábrica;
2. faz crescentemente convergir os interesses do capital bancário e das indústrias, não só pelo lucrativo crédito oferecido a empresas fortes, em grande expansão e com elevada rentabilidade, mas principalmente pela posse em seus cofres de títulos de propriedade de parcela daquele capital e também pela administração de riquezas privadas de clientes na forma de papéis financeiros e ações.

Tem-se, deste modo, que a expansão das empresas industriais passou a depender cada vez mais do capital social centralizado nos bancos e, também, estes últimos garantiram elevados retornos aos seus negócios através do suporte financeiro dado aos primeiros. Contudo, essa aparente mera convergência vai muito mais longe e foi isso que tornou específica a relação que se construiu entre capital produtivo e capital bancário: a distância tradicional entre ambos desapareceu (Hilferding, 1985). A partir daquele momento, não só os bancos compravam e vendiam ações de empresas, mas tornavam-se sócios delas, inclusive, no limite, mas nada incomum, com nomeação

¹³ Esta é a edição em português utilizada e citada na bibliografia.



mútua de representantes entre as diretorias de bancos e indústrias. Além disso, os bancos, ao centralizar os pagamentos e recebimentos das grandes firmas, passaram a deter o conhecimento completo dos fluxos de caixa, permitindo acompanhamento e, se necessário, alguma ação sobre a gestão das mesmas.

Ou seja, constituiu-se ali o que Hilferding (1985) chamou de *capital financeiro*, isto é, blocos de capital compostos basicamente por indústria e capital bancário e que possuíam não só confluência de interesses, mas iam além construindo relações comerciais íntimas nas quais o capital bancário vai assumindo lentamente a preponderância. A grande importância desse fenômeno é que ele criou uma enorme capacidade de multiplicar os processos de concentração, centralização e de mobilidade intersetorial do capital através da arregimentação de recursos na esfera financeira (Lênin, 1987). Foi este desdobramento que, ao permitir a exasperação da concorrência, conduziu à grande empresa oligopólica e monopólica, cuja estruturação na forma de capital financeiro, dominou e geriu as importantes mudanças que ocorriam na dinâmica da acumulação capitalista. Trata-se, portanto, de uma realidade social com força política suficiente para, inclusive, pressionar por políticas econômicas no âmbito interno e outras de impacto e expansão internacional. Deste modo, em outras palavras, as enormes escalas de produção eram frutos da acumulação de capital em grandes empresas que, por sua vez, estavam ligadas cada vez mais aos poderosos bancos, dominantes na relação. Nas palavras de Hilferding (1985: 27),

“os traços mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na ‘abolição da livre concorrência’, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata (...).”

Diante desse quadro, fica clara a dificuldade para a sobrevivência de pequenas empresas ou para a formação de novos capitais individuais concorrentes com os grandes grupos. Mas não foi só na indústria que o liberalismo ruiu. No âmbito das trocas internacionais foi visível a crescente dificuldade em manter-se o sistema de Padrão Ouro com livre fluxo de capitais. As mudanças no valor relativo das moedas nacionais, gerado pelo mecanismo — muitas vezes só idealizado — do Padrão Ouro, tinham impacto direto sobre a produção e o comércio, afetando o bem-estar e a estabilidade política do país. Assim, em meio à urbanização, crescimento das cidades, das massas



operárias e do interesse dos blocos de capital financeiro com amplos negócios no exterior, o fim ou o controle dessas flutuações passou a ser de interesse comum, implicando no aumento da imposição de barreiras protecionistas às importações, ao fluxo de capital na forma dinheiro e, talvez mais importante, na criação dos bancos centrais. O grande papel destes últimos foi o de controlar a moeda e o crédito dentro dos países e, principalmente, a centralizar e administrar as reservas nacionais em ouro e moedas estrangeiras, tudo a fim de servir como amortecedores contra os altos e baixos do comércio exterior¹⁴(Eichengreen, 2000). Naturalmente, todas essas medidas levaram a falência do mercado auto-regulável e, por isso mesmo, do capitalismo concorrencial.

Contudo, havia um outro fenômeno ainda mais famoso que se alimentava de todas essas transformações e que estava mudando a face das trocas internacionais: o *imperialismo*. Aqui, o autor mais famoso é sem dúvida Lênin e seu estudo de 1916 que, em relação ao trabalho de Hilferding, diferencia-se por enfatizar as tendências agressivas do capital financeiro e sua disposição, no limite, para a guerra.

Todavia, poucos foram os temas, como este, tratados de maneira tão múltipla e descuidada a ponto de gerar não só problemas de consistência teórica, mas principalmente desconfiança em relação a própria idéia. Muitos foram os autores que sobre ele se debruçaram, porém poucas foram as reais contribuições para o entendimento do fenômeno após o debate do começo do século XX.

Se concentrarmos a análise em Lênin (1987)¹⁵, o imperialismo pode ser entendido como o processo de acumulação de capital que passa a acontecer em escala mundial em uma fase específica do capitalismo: o chamado *capitalismo monopolista*¹⁶. Trata-se de uma fase do modo de produção capitalista no qual a concorrência nos mercados é superada pela força das grandes empresas, marcadamente industriais. Estas, donas de imensas quantidades de capital, eram fortes o suficiente para abocanhar fatias condizentes da demanda, estabelecerem preços, definirem a tecnologia empregada e organizar, de acordo com seu interesse, as formas específicas de trabalho. Com isso, já se afirmou, a concorrência não mais comandaria a regulação do sistema, mas sim as grandes corporações, capazes, inclusive, de firmar acordos e associações entre si que garantissem a continuidade da valorização de seu capital. Nas palavras de Lênin (1987: 122): “*Atendendo a sua essência econômica, o imperialismo é o capitalismo monopolista.*” Isto é, houve uma mudança

¹⁴ Para uma discussão mais aprofundada, ver Eichengreen (2000).

¹⁵ Esta é a edição em português utilizada e citada na bibliografia.

¹⁶ Para maiores detalhes ver Lênin (1987) e BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.



fundamental ocorrida entre o final do século XIX e início do XX. Ali, naquele momento, era visível uma crescente e enorme concentração de capital em poucas empresas e estas passaram a comandar a dinâmica das economias mais avançadas do globo. Tudo isso, perceberam alguns autores, estava vinculado a já discutida confluência de interesses entre o capital industrial em franca concorrência intercapitalista e o capital bancário, agente centralizador do capital-dinheiro da sociedade. Na verdade, esses dois fenômenos, o capital financeiro e o capitalismo monopolista, somavam-se, completavam-se e geravam-se mutuamente, constituindo-se nos responsáveis por uma nova forma de acumular capital e de organizar as relações de produção dentro do sistema capitalista (Bottomore, 1988). Nas palavras de Lênin (1987: 46),

“concentração da produção tendo como conseqüência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção.”

Foi essa nova organização da produção surgida dentro dos países ricos, marcada pelo domínio das grandes corporações financeiras e por sua capacidade de expansão e mobilização de capital no enfrentamento de oportunidades e concorrência que, buscando sua expansão, forçaram seu transbordamento em direção a outros países. Ou seja, foi a busca contínua de sua valorização que levou os blocos de capital financeiro a estabelecer o imperialismo como a face internacional do capitalismo monopolista. Portanto, o capital financeiro, para Lênin, é um aspecto fundamental e inseparável da etapa monopolista do capitalismo ou, se preferir, do imperialismo.

Tanto assim que, nesse período, os grandes oligopólios agravaram a luta pela conquista de fontes de matérias-primas e essas, quando dominadas, elevaram enormemente o poder do grande capital sobre os demais. Além disso, é importante ter sempre em mente que o monopólio surgiu da associação com os bancos. Mas não qualquer banco. Foram três a cinco entidades de cada país avançado que foram as responsáveis pela união de interesses entre capital industrial e capital bancário, concentrando em suas mãos a maior parte dos capitais e rendimentos em circulação. Um tão seletivo conjunto que permitiu ao grupo social dominante formar então uma oligarquia financeira, estabelecida dentro de uma rede de relações que extrapolavam a esfera econômica estrito senso, alcançando inclusive as instituições políticas¹⁷. Com isso, não só se estabeleceu uma amplíssima

¹⁷ Lênin fala, inclusive, na contratação de antigos servidores do Estado pelos grupos econômicos a fim de facilitar o relacionamento com as autoridades.



teia de interesses associados entre os diversos blocos de capital e suas empresas específicas, como também se ganhou poder real sobre a sociedade através da proximidade com as pessoas e órgãos do Estado. Todos esses movimentos são traços distintivos do capitalismo monopolista e sua face internacional, o imperialismo. E quem não se enquadrou aos acordos, associações, trustes e cartéis sofreu boicotes, *dumping*, privação de matérias-primas, etc., até unir-se ou ser destruído. Na verdade, como afirma Hilferding (1985), com a anuência de Lênin (1987), o capital financeiro não buscou a liberdade tão propalada pelos liberais. O que ele queria e conseguiu foi o domínio.

Esse domínio, como já foi afirmado, transborda a fronteira dos países sede do capital financeiro. Agora, mostrando sua diferença em relação ao velho capitalismo, o novo, na fase monopolista, exporta cada vez mais capital, ao invés de apenas mercadorias como se fazia antigamente. Por isso, onde imperava o monopólio, a exportação de capital ganhou cada vez mais relevo. Tal situação aparece clara quando, além da Inglaterra, os novos países industrializados — Alemanha, França e Estados Unidos — constituíram seus capitais financeiros, donos de enormes quantidades de capital e com domínio monopólico sobre seus mercados internos.

Porém, esse processo de internacionalização do capital, baseado em sua exportação, não pode ser dissociado da atuação dos respectivos Estados Nacionais. Na verdade, muitas vezes os negócios afetavam diretamente os interesses de diferentes frações das classes dominantes dos países envolvidos, exigindo então uma intervenção mais geral e política no caso. Assim na situação de pleno domínio dos mercados internos, a busca de valorização dos capitais conduz a sua exportação.

Quando em direção aos países atrasados, ele assumiu muitas vezes a forma de infraestrutura, capaz de assegurar a valorização do capital já investido e o fornecimento de bens primários a baixos preços (exemplo: café) ou o retorno dos novos investimentos (exemplo: ferrovias). Esse movimento de expansão do capital financeiro para além de suas fronteiras nacionais se por um lado traz retornos muito atraentes aos recursos empregados, por outro acarreta uma posição subalternizada dos países mais pobres em relação aos mais ricos. Na verdade, os países mais pobres ou pré-capitalistas tornaram-se dependentes do capital exportado e seus pedidos foram normalmente atendidos mediante a obtenção de vantagens comerciais ou de exploração de alguma atividade produtiva. Este traço foi tão comum que chegou a constar nos contratos de empréstimos, onde havia mesmo cláusulas prevendo essa aquisição de vantagem (Catani, 1992). Citando Lênin (1987: 63):



“o capital financeiro criou os monopólios. Ora, os monopólios introduzem seus métodos em toda a parte: no mercado público a concorrência é substituída pela utilização de ‘relações’ com vista à obtenção de transações vantajosas. Antes da concessão de um empréstimo, é vulgar exigir que ele seja utilizado, em parte, na compra de produtos do país mutuante, sobretudo em encomendas de armamentos, barcos, etc. (...) Krupp, na Alemanha, Schneider na França, dão-nos exemplos destas empresas intimamente ligadas a bancos gigantescos e ao governo, não sendo fácil quando se contrai um empréstimo ‘passar sem elas’.”

O autor mesmo, um pouco mais a frente, afirma que

“os países exportadores de capitais partilham (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também a partilha direta do globo.” (Lênin, 1987: 65)

Todavia é bom ter claro que a disputa entre os blocos de capitais financeiros e entre países industrializados não se dá apenas através da ampliação do domínio sobre áreas pré-capitalistas do globo em busca de mercados e matérias-primas. Talvez até pelo contrário, — e Lênin é claro sobre isso, apesar de alguns de seus críticos ignorarem seu acerto — a luta imperialista também se desenrola com muita força na expansão de blocos de capital financeiro estrangeiros sobre economias industriais já estabelecidas. Por isso mesmo, é preciso entender que o imperialismo é um fenômeno mais complexo do que se costuma postular, quando se afirma a grave opressão sofrida pelos países mais fracos por meio das políticas expansionistas das nações ricas. Na verdade, os blocos de capital financeiro ultrapassaram as fronteiras em busca de valorização do seu capital que por vezes, no seu país, naquele ramo de atividade, não encontrava boas oportunidades de inversão. Por isso outros mercados tornaram-se muito interessantes para a exportação de capital, marcadamente com relação a alguns ramos de atividade. Nos países mais ricos, por exemplo, os mercados para os mais diferentes produtos já estava constituído e, na maioria das vezes, em crescimento, tornando-se muito atraente. Tanto assim que para grupos de países diferentes os capitais exportados também eram diferentes. De outra forma, para países mais pobres, principalmente na época analisada, exportava-se capital que gerava infra-estrutura (estradas de ferro, iluminação pública, transporte urbanos, etc.). Já entre as nações desenvolvidas, o capital exportado tinha também outra natureza, variando de plantas fabris ao fluxo de papéis financeiros.



Por tudo isso, em resumo, pode-se se dizer que, segundo Lenin (1987: 88), o imperialismo poderia ser resumido em 5 características importantes:

1. *“concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;”*^[18]
2. *“fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base no ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira;”*
3. *“diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;”*
4. *“formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;”*
5. *“terno de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.”*

[Assim,] o imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas ”

Entretanto, foi nesse ambiente de forte disputa por espaços econômicos mundiais, mediados por Estados Nacionais fortes, que os grandes grupos econômicos viram a cada dia o espaço para expansão reduzido em função dos protecionismos, ocupação de territórios e acordos de divisão do mundo feitos no passado. Para Lênin (1987), essas disputas tinham um caráter eminentemente perigoso, capaz de facilmente descambar para o conflito armado. Em outras palavras, as tensões econômicas e políticas geradas pelo imperialismo desencadeariam — e desencadearam de fato —, situações explosivas. Se a isso for somado o caráter da população transformada cada vez mais *massa*, e por isso manipulável e sujeita a reações impulsivas e irracionais, surgem os motivos e a carne de canhão necessários para o surgimento dos horrores da guerra¹⁹.

¹⁸ É curioso (mas não coincidência) que os primeiros passos no sentido da cartelização e formação de trustes foram dados por países com elevadas barreiras alfandegárias como Estados Unidos e Alemanha.

¹⁹ Na verdade, esses movimentos e mudanças provocaram na sociedade reações pela perda de identidade e pela forma de opressão que deixa de ser política, armada ou religiosa para ser cada vez mais coerção econômica. Por isso, as sociedades onde o capitalismo mais avançava reagiu a mercantilização de alguns bens fundamentais ao funcionamento do mercado auto-regulável: da força de trabalho, da terra e da moeda. A reação poderia vir da canalização de desejos e frustrações conduzidas por líderes carismáticos bradando ideologias fáceis. As brigas e revoltas não foram frutos de interesses mesquinhos ou mentes despreparadas. Destarte, defendidos mais enfaticamente por grupos determinados (trabalhadores urbanos e proprietários fundiários), atendiam ao interesse social de evitar que o mercado levasse ao rompimento do caráter humano das instituições em benefício de pequenos grupos interessados no lucro. Para uma interessante e surpreendente discussão sobre o tema ver POULANYI (2000).



Contudo, passada a primeira metade do século XX, é possível afirmar, observando a obra de Lênin e sua aderência a realidade, que, embora o mérito e as descobertas tenham sido fundamentais, o sistema teórico construído merece ressalvas. Por exemplo, muito da sua interpretação nasce da observação do que ocorria na Europa Central, onde o banco alemão realmente possuía ações de empresas, sendo, portanto, sócio delas, e também ocupava cargos na diretoria das indústrias²⁰. Algo muito diferente da Inglaterra, o primeiro país industrial, onde os bancos permaneciam atrelados à atividade estritamente financeira (Bottomore, 1988).

Outra crítica é a que observa as multinacionais hoje. O gigantismo dessas empresas faz com que dominem a produção industrial e administrem seus próprios fundos de investimento - criados a partir de lucros retidos ou de recursos tomados ao mercado por meio de títulos financeiros - associando dentro de si o capital industrial e o de financiamento, dificultando a aplicação do conceito de capital financeiro nessas que são o carro chefe da economia globalizada (Bottomore, 1988).

Também é observado pelos detratores da idéia de imperialismo que a internacionalização das empresas não levou o mundo ao caos depois da Segunda Guerra Mundial. Pelo contrário. Criou uma exportação de capital que levou à forte troca de progresso tecnológico entre os países industrializados e mesmo à rápida modernização do parque produtivo dos países periféricos em tempo de paz duradoura (Amsden, 1990). Isso se tornou uma discussão importante mesmo entre marxistas que questionavam se o imperialismo poderia ter um papel progressista nos países de capitalismo fraco, posto que os investimentos diretos realizados ali lograram modernizar as relações de produção.

De qualquer modo, essas críticas, embora pertinentes, longe de desqualificar a análise realizada pelos autores, colocam problemas que exigem refinamento conceitual e observação principalmente sobre a nova realidade mundial. O caráter geral das obras, isto é, apontar a relevância do aspecto financeiro sobre a evolução e o cotidiano da acumulação de capital desde a virada do século XX, continua fundamental e não pode ser colocado de lado quando se estuda o capitalismo e o mundo nos cem anos passados.

²⁰ Muito embora Hilferding mostre-se consciente das diferenças entre as trajetórias dos países. Isso aparece em trechos do capítulo oito, onde destaca o papel da bolsa como mobilizadora do capital monetário na Inglaterra.



Mas, e os países pobres? Os países não industrializados? Como esses países viveram essas transformações e qual seu impacto sobre seus processos de desenvolvimento? Isso ainda não foi aqui analisado, mas é o assunto da próxima seção.

3. A descoberta do subdesenvolvimento

O mundo inteiro viveu os conflitos do imperialismo. A América Latina não foi diferente. Se aqui, na virada do século XX, os negócios já se faziam com Estados formalmente soberanos, o jogo era similar a qualquer outro grupo de países de capitalismo frágil ou pré-capitalista. As relações internacionais construídas ao longo de séculos de colonização européia haviam criado uma estrutura social extremamente desigual, com um enorme contingente populacional muito pobre cercado ilhas de poder e riqueza. Sem exceção, essas ilhas de riqueza estavam atreladas ao comando das trocas internacionais que se faziam com os países ricos e que, por isso, possuíam uma ligação com o exterior muito mais forte do que com as pessoas e as coisas de seus respectivos países²¹.

É por esse motivo que a exportação de capital era tão bem aceita nos diversos países latino americanos. Esses recursos que entravam, beneficiavam exatamente aquela parcela da população que usufruía do comércio internacional dos produtos locais. O processo era semelhante nos diferentes países: a exportação de capital européia ou estadunidense se dirigia para setores de infraestrutura que garantiam o abastecimento e a boa qualidade dos produtos primários exportados pelos latino-americanos ou, ainda, localizavam-se nas cidades, morada e centro de decisão e negócios das oligarquias da região. Quase nada ou nada sobrava que beneficiasse a população mais pobre, franca maioria propositadamente esquecida.

Esse mesmo imperialismo difícil de defender, nos países pobres, plantou sementes de uma organização social que levaria à ruína as velhas formas de acumulação. Assim, apesar da exploração e por vezes da violência direta, a exportação de capital, uma vez que trouxe máquinas, processos produtivos e relações de produção capitalistas para dentro desses territórios, ajudou a desenvolver as forças produtivas locais, forçando o nascimento de um proletariado, capaz de pesar na luta de classes (Bottomore, 1988). Todavia, pelas alianças nacionais e entre elites que fez e a especificidade de seus interesses, o capital financeiro jamais perseguiu o desenvolvimento, muito menos das regiões pobres do globo. Aqui, embora tenha ajudado a mudar a face da acumulação, o fez somente na medida em que era necessário, não contribuindo - pelo contrário - para o enfraquecimento de

²¹ É muito provável que não compreendessem, como não compreendem até hoje, seus países e seus pares nacionais.



velhas camadas donas do poder e da riqueza. Na verdade, normalmente associou a elas novos grupos em ascensão através das novas ondas ou ciclos econômicos.

Foi exatamente isso que descobriram diversos estudiosos quando se debruçaram, após a II Guerra Mundial, sobre o problema — agora levado a sério — do desenvolvimento econômico. A maioria não encetou brigas com a violência direta do imperialismo ou a opressão política interna gerada pelas elites locais contra seus nacionais. Sendo mais pragmáticos, mas nem por isso menos enfáticos, esses autores traduziam o resultado do sistema de produção nos países pobres através de números estatísticos de onde afirmava haver um *subdesenvolvimento* em várias partes do globo, criado pelo tipo de relação que se estabeleceu entre as nações pobres e ricas.

Toda essa discussão ganhou muita importância na América Latina graças a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado as Nações Unidas, criado no final dos anos 1940 e voltado para o estudo e a proposição de políticas capazes de melhorar as condições de vida e produção na região. Foi lá que personagens, como Raul Prebisch, iniciaram o que seria a primeira escola de pensamento econômico latino americana. Foi a CEPAL que, observando os países da região, percebeu a posição subalterna do subcontinente e formulou a díade centro-periferia²² e acusava a forma de inserção econômica internacional da América Latina como a causa primeira do subdesenvolvimento.

Na época, entretanto, de nascimento da CEPAL, a situação das principais economias latino-americanas já tinha mudado em relação ao começo do século XX. De exportadores de produtos primários que retiravam todo seu dinamismo desse comércio, alguns países passaram, dolorosamente, por meio do estrangulamento cambial, a ter sua produção impulsionada a partir de demanda e investimentos realizados internamente. É a indústria nascida no começo do século XX, em plantas manufatureiras leves, que conseguiu responder criativamente à Crise de 29 e tornar-se alternativa à aplicação de capitais durante os anos 1930 e 1940. É o contexto de formação de uma indústria latino-americana que buscava acumular e assumir um papel de liderança na região.

Assim, o fato de a CEPAL formular uma visão a partir de olhos latino-americanos, ideando o desenvolvimento por meio da industrialização, não foi coincidência. Para a comissão, era fundamental que os países fugissem a armadilha de ser produtor especializado de bens primários

²² Este binômio afirma que os países do centro são os timoneiros do capitalismo ao deter capital, poder financeiro, tecnológico e mesmo militar. Já a periferia, seria composta pelos países sem expressão na economia mundial, incapazes de desenvolver tecnologia própria e dependentes da dinâmica ditada pelo centro.



para exportação. Era necessário aos países da América Latina se industrializarem, caso contrário veriam seu crescimento e desenvolvimento bloqueados.

Contudo, a teoria que nasce ali não rompe com a teoria econômica tradicional e inscreve sua visão na seguinte dualidade: a) há o modelo *desenvolvido* que, pode-se dizer, refere-se a países que apresentam indicadores sociais muito bons, PIB *per capita* elevado, ausência de grandes diferenças de renda e de produtividade²³, indústrias e governo produzindo e difundindo tecnologia em grande quantidade e investimentos dominados por capitais nacionais (Fajnzylber, 1990); e b) o modelo *subdesenvolvido*, com todos os seus problemas de heterogeneidade e dependência, mas que — e isso é importante — não se configura em economias atrasadas e sim funcionais nas trocas internacionais. Trata-se de dois grupos de países coesos historicamente. Assim, a pergunta volta: como desenvolver os países latino-americanos, superando as disparidades, se a desigualdade tem origem no seu próprio modelo de crescimento?

Para responder a questão, é preciso clarear o significado de subdesenvolvimento. Para isso, é importante antes apreender a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento. Demarquemos primeiro, o que é *crescimento econômico*.

É razoável definir crescimento como um processo onde alguns indicadores clássicos de atividade econômica apresentam expansão (produção, renda, consumo de energia, etc.), traduzindo um fenômeno basicamente quantitativo de maior oferta de bens e serviços, sem explorar as mudanças que esse crescimento econômico inerentemente acarreta²⁴. Em outras palavras, se um processo de crescimento leva à expansão da capacidade produtiva — através da inclusão de novas levas de máquinas e equipamentos — é inevitável que a produtividade da economia também se altere. Isso traz conseqüências, como: introdução de novos processos e produtos, barateamento da produção, necessidade de pessoal treinado para as novas máquinas, possíveis mudanças na distribuição de renda, entre outros. Mas não é essa a preocupação quando se fala de crescimento econômico. Tal transformação qualitativa na sociedade, subjacente ao processo de crescimento e seu alcance, deve ser analisado no conceito de desenvolvimento.

²³ Como já assinalamos, a questão da disparidade na produtividade é bastante questionável. Todavia, aceitemos momentaneamente a idéia cepalina que associa homogeneidade produtiva a desenvolvimento. Uma discussão mais aprofundada sobre o tema será feita em capítulo posterior.

²⁴ Observe, no entanto, que crescimento não pode ser confundido com *recuperação*. Esse último acontece, quando uma economia, passadas as dificuldades, aproxima-se do seu produto potencial, ocupando a capacidade ociosa. Diferentemente, o crescimento econômico, portanto, só ocorre quando a produção e o produto potencial crescerem simultaneamente.



De forma intuitiva, entende-se *desenvolvimento econômico* como a melhoria dos indicadores sociais de um país, permitindo que mais e mais cidadãos desfrutem de elevados padrões materiais. Todavia, a questão é mais complexa. Rodriguez (1981) e Furtado (1992), por exemplo, chamam atenção para a questão da produtividade e da distribuição ao definirem desenvolvimento como a superação positiva dos grandes contrastes de renda e produtividade, através do aumento do bem-estar material da população, condicionado ao aumento da produtividade média do trabalho.

Infelizmente, essa definição não satisfaz plenamente, pois impede que se reconheça, em alguns países “desenvolvidos”, as grandes disparidades de produtividade do trabalho entre setores modernos e não-modernos.

Falar em desenvolvimento, na verdade, e é importante frisar, é perseguir um modelo comparável, no caso, o modelo dos países avançados. Mas, para isso, é imprescindível que os comparáveis sejam equivalentes, isto é, medidos e classificados por um mesmo conjunto de valores aceitos. Ou seja,

“(...) a idéia de um povo mais ou menos desenvolvido somente pode ter sentido a partir da universalização [de valores] do capitalismo, que cria um mercado mundial unificado progressivamente (...).” (GONZÁLES, 1998: 15)

Destarte, os países ricos, mesmo com todas as diferenças, apresentam traços em comum muito marcantes: são países social e economicamente articulados (distribuição de renda equilibrada, elevada escolaridade, representação e poder político melhor distribuídos), padrão de consumo e produção gerados endogenamente e participação no mercado internacional baseada em elevada especialização no comércio de manufaturas. (Fajnzylber, 1990)

Então, como será o seu contrário, o *subdesenvolvimento*? Para começar, é preciso lembrar que esse conceito foi amplamente criticado a ponto de ser desvalorizado academicamente. Via-se que apresentava problemas de pouco rigor, elasticidade excessiva e insuficiência para abordar a questão das classes sociais e a evolução histórica colonial. No entanto, muitos economistas insistiram nele (González, 1998). Em Furtado²⁵, por exemplo, a origem do subdesenvolvimento está ligada à diferença na difusão do progresso técnico. Para ele, nos países da América Latina, a difusão

²⁵ Em textos como: *Análise do ‘Modelo’ Brasileiro, Brasil: A Construção Interrompida, Dialética do Desenvolvimento e O Mito do Desenvolvimento Econômico.*



do progresso técnico no período primário-exportador deu-se, em grande, parte através da *modernização* do consumo de uma parcela da população. As técnicas produtivas, no entanto, ter-se-iam mantido essencialmente tradicionais. Ou seja, a assimilação na região das inovações tecnológicas mundiais foi parcial, afetando principalmente o consumo e não invadindo significativamente a esfera da produção, (Furtado, 1975). Quando da industrialização²⁶, ainda segundo Furtado, o ponto de partida são atividades que têm suas condições negociais e de ampliação melhoradas no momento em que a capacidade de importar entra em crise. Isto é, trata-se de empresas cujo espaço está delimitado pelo tipo e quantidade das importações antes realizadas. Nesse sentido, o progresso tecnológico aparece primeiro no bem importado e consumido e só depois, se ocorrer substituição por produção interna, avança e chega copiado aos processos produtivos (Furtado, 1992) das empresas da região.

Exatamente isso chama a atenção de Fajnzylber (1990:8), pois para ele

“(...) una de las características del proceso de industrialización de América Latina hasta ahora ha sido precisamente la asimetría entre un elevado componente de imitación (...) y un componente marginal de innovación económico-social.”

Em outras palavras, o desenvolvimento voltado para fora da fase anterior à industrialização, visceralmente associado à modernização do consumo, impunha um padrão de industrialização muito especial: imitativo dos modelos dos países avançados e desconectado dos recursos e do nível de acumulação local²⁷. Através dele, a reprodução do processo de modernização do consumo levava a dois resultados:

1. apenas o segmento da população que controlava o aparelho produtivo afetado pelo aumento da produtividade — primeiro os aumentos permitidos pelas vantagens comparativas do comércio internacional e depois pela industrialização substitutiva — desfrutava dos benefícios da modernização (Furtado, 1992);

²⁶ Assunto da Aula 04 - Módulo II, desse curso.

²⁷ Observe-se que esse processo de modernização do consumo latino-americano revela uma situação de *dependência* cultural e econômica que empurrava os países da região à reprodução dessa situação. É bom ressaltar, contudo, que a dependência não é definida pela propriedade estrangeira do capital – embora a agrave –, mas sim pelo fato de termos transplantado padrões de consumo vindos de países ricos (Furtado, 1974).



2. reforço das disparidades de renda e produtividade entre setores da economia e da população.

De outra maneira, os países *subdesenvolvidos* assumiram essa condição ao organizarem sua sociedade em torno da produção especializada de bens primários para exportação, convertendo a economia em um conjunto *estruturalmente heterogêneo*. No arranjo social resultante, a concentração de renda e poder era fatal e a forte ligação das classes detentoras do excedente com o exterior inevitável. Essas classes copiavam não apenas o consumo dos países ricos e centrais, mas também seus hábitos, idéias e instituições²⁸. Enfim, eram *dependentes* econômica, política e culturalmente dos países desenvolvidos, desviando, com isso, parte do excedente aqui produzido para o exterior.

Sendo assim, podemos caracterizar a América Latina como *heterogênea e subalterna*, sendo esta última manifestada através do uso ou destino dado ao excedente econômico, isto é, aquela parte do produto que sobra após serem pagos os salários, a reposição das matérias-primas e das máquinas. O mais importante, no entanto, é que o funcionamento dessa sociedade tende a reproduzir e recolocar as condições de sua *heterogeneidade e subalternidade*. Conseqüentemente, *sua forma mais aparente é a condição social deteriorada em que vive a maior parte da população ao lado de padrões de consumo similares aos dos países ricos*.

Consoante a essa análise, então, não se deve buscar a modernidade copiando os países desenvolvidos? Não. Já alertava Celso Furtado que o modelo desenvolvido não deve ser buscado através da simples cópia, posto que

“(...) a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro de dependência” (FURTADO, 1974: 87)

E a razão é clara: quanto maior o fluxo de novos padrões de consumo, maior deverá ser a taxa de exploração. Por quê? O motivo é que a manutenção do consumo imitativo só pode ser satisfeita de dois modos: a) aumento das exportações; e b) aumento da taxa de excedente sobre o produto líquido (Furtado, 1974). As exportações, desde que marcadas por bens de baixo valor agregado (bens primários, semi-industrializados ou *commodities*), não é capaz de gerar moeda

²⁸ Para uma abordagem menos econômica e muitíssimo interessante ver Fernandes (1968). Há outro importante texto publicado por Roberto Schwarz, chamado “*As Idéias Fora do Lugar*”



estrangeira suficientes ao país, impondo escolhas entre o que é prioritário comprar no exterior. Estando o poder e a cultura atrelados aos padrões imitativos ditados a partir do exterior, restará a elite local, bárbara e ignara, optar pela manutenção de seu padrão de vida e poder, reproduzindo as enormes desigualdades sociais. Restou, desse modo, aumentar continuamente a taxa de exploração. Ou seja, como falar em desenvolvimento elevando a taxa de exploração em economias tipicamente desiguais e de baixa renda *per capita*?

Tal funcionamento da economia periférica latino-americana nos conduz à conclusão de que maiores taxas de crescimento econômico, *sob o mesmo modelo econômico*, podem piorar a condição de subdesenvolvimento ao invés de superá-la (Furtado, 1974). Isso evidencia, mais uma vez, que não basta a economia crescer. É preciso desenvolver e para isso era necessário, segundo os cepalinos, industrializar, romper com o modelo primário exportador ou, mais recentemente, superar a produção de bens simples de para as nações do centro. Para tanto, era preciso um projeto nacional de desenvolvimento que abrisse caminho ante as amarras do subdesenvolvimento, tornando os países produtores de bens de alto valor agregado, capazes, portanto, de revolucionar a produção, a acumulação, as relações de trabalho e, mesmo, a sociedade.

Mas essa abordagem dos problemas latino-americanos escondia algo fundamental: esses países periféricos já eram capitalistas e, portanto, divididos em classes. Assim, se um arranjo social existe, é por que ele interessa a algum grupo social poderoso. Logo, a idéia de projeto nacional escondia o fato de que a luta deveria ser travada principalmente dentro do próprio país. Por isso, mesmo que a indústria venha a tornar-se dominante — como se tornou — o arranjo social excludente poderia manter-se, basta para isso que a nova elite não apeie do poder as antigas oligarquias locais.

A crítica a esse problema veio de dentro da própria CEPAL, quando alguns membros e simpatizantes perceberam que houve industrialização, mas não desenvolvimento. Foram novas pesquisas que revelaram um outro e talvez mais grave fenômeno: a dependência. Esse é o assunto da próxima seção.

4. A visão assustadora da dependência

Os cepalinos de então perceberam que o desenvolvimento passava por três pontos:



1. impulso à acumulação, típico das relações concorrenciais capitalistas²⁹;
2. ações que visem o aumento do bem estar material das grandes massas. Não se trata somente distribuir, posto que é do funcionamento dos mercados e da economia latino-americana repor a má distribuição dos frutos do trabalho; e
3. combinação entre *aprendizagem* — tendo como modelo as economias mais avançadas — e *inovação* econômica e social, permitindo que esses países incorporem o progresso técnico, pautando-o em relação às suas próprias carências e possibilidades (Fajnzylber, 1990).

Para isso ocorrer, no entanto, e escapar à condição de subdesenvolvimento é preciso romper a sujeição cultural e econômica e impor mudanças à camada da população que se beneficia do sistema atual. Só então seria possível reordenar a estrutura econômica e política em favor de um crescimento diferente do seguido até hoje. Porém, a situação de fraqueza econômica e política dos trabalhadores latino-americanos, dada a oferta bastante elástica de mão-de-obra, torna-os presas fáceis dos interesses daquele grupo detentor dos meios de produção. A situação na América Latina aparece, portanto, por esse ponto de vista, como um caso grave, onde a luta pela distribuição do produto e do poder se vê funcionalmente embotada pela situação de sujeição a dinâmica internacional e ao poder concentrado nas mãos de uns poucos poderosos. A essa situação, deu-se o nome de dependência. Mas o que é um país dependente?

As *economias dependentes*³⁰ podem ser caracterizadas por: a) possuírem uma *ordem capitalista interna, mas dinamizada a partir de fora* e, portanto, subordinada a um crescimento econômico, político e sócio-cultural controlado pelas nações hegemônicas *sempre associadas aos interesses dominantes internos*. Assim, através da decisão política sobre o caráter da modernização, esses interesses associados filtram as imposições do mercado mundial e organizam a sociedade copiando/transferindo instituições típicas das nações hegemônicas; e b) uma inserção muito específica no mercado mundial que lhe dá uma *autonomia apenas relativa*. São economias montadas para serem fonte de excedente para as nações hegemônicas, mas, ao mesmo tempo, dependentes das aplicações desse mesmo excedente para se reproduzirem.

²⁹ Ver Marx, Karl. *O Capital*, especialmente o capítulo XXIII da seção sete: 'La Ley General de la Acumulación Capitalista'.

³⁰ É importante ressaltar que tratamos aqui das economias dependentes latino-americanas e, portanto, além de dependentes, subdesenvolvidas.



“Em consequência, o seu próprio crescimento econômico interno espelha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou a flutuação das economias nacionais a que se associam heteronomicamente”.
(Fernandes, 1968: 38)

No entanto, é importante ressaltar, isso não significa que o capitalismo dependente seja um acidente ou esteja atrasado. Na verdade, constitui-se fonte importante para a acumulação de capital em nível mundial, através da sobre-apropriação repartida do excedente econômico.

Como se forma essa dependência? As raízes da dependência nascem no momento da *colonização*. Os portugueses que para cá vieram, trouxeram um modelo de civilização constituída pelas etapas finais da crise do mundo medieval, o que, por si só, traz uma implicação importante: a sociedade que se forma na colônia não pode ser o embrião de uma democracia, mas sim de uma *sociedade segmentada em estamentos de mobilidade social difícil, onde se desprivilegia o trabalho*. A grande lavoura de produtos exportáveis exemplifica isso: uma rígida especialização, associada a grande escala do latifúndio e ao trabalho escravo. Essa estrutura produtiva conduz a uma *extrema concentração da renda* e principalmente do *poder* nas mãos dos homens ricos de origem européia. Ou seja, temos aqui uma segunda dualidade³¹ de grande importância para o entendimento da dependência: a segmentação da sociedade entre possuidores e despossuídos.

No processo de independência política, a sociedade não sofreu alterações econômicas significativas. Nas palavras de Florestan Fernandes:

“(...) a formação de um Estado nacional independente desenrolou-se sem que se processassem alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade. Portanto, ela se deu sem que o regime de castas e estamentos sofressem qualquer crise (...). Sob esse aspecto, a inclusão da economia brasileira no mercado mundial representou um simples episódio do ciclo de modificações dos laços coloniais, no quadro histórico criado pela elevação da Inglaterra à condição de grande potência colonial. Os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos”.
(Fernandes, 1968: 22)

³¹ A primeira dualidade apareceu acima ao descrevermos uma economia dependente. Seu contraponto, a economia imperialista, forma, junto com ela, a primeira dualidade.



É durante esse período neocolonial que os setores dominantes tomam o controle do poder e reorganizam a repartição do excedente econômico. No entanto, as diferenças sociais e a dinamização da economia a partir de fora (dualidades) continuam presentes.

A situação começa a modificar-se quando, implantada a Revolução Industrial na Europa, os países recém saídos de uma situação de colônia inserem-se no mercado mundial de uma nova forma: fornecedores de matérias-primas e alimentos para indústria. É também nesse período que o trabalho livre é implantado. Mas para que isso fosse realizado, o Estado precisou modernizar, com modelos e tecnologia importada, a infra-estrutura necessária à eficiência e ao barateamento da produção. Esse processo exigiu que

“as influências externas atingissem todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura (...). Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”. (Fernandes, 1975: 16.)

Enfim, nessa **terceira fase**, marcada basicamente pela lavoura exportadora de café, a agricultura continua a fonte de captação de excedentes externos e de riqueza, constituindo-se peça chave na continuação da extrema concentração de renda e poder, através do comando familiar. Os trabalhadores, no início escravos depois homens formalmente livres, continuam em seu papel de despossuídos, não sociáveis e não iguais. Ou seja, as dualidades permanecem.

A quarta fase da dominação surge com a **transnacionalização** das grandes empresas de nações hegemônicas. Esta expansão trouxe uma nova maneira de organizar a produção, a relação capital-trabalho, a propaganda em massa, etc. Há uma importação de padrões de comportamento, consumo, idéias e instituições que ligam cada vez mais o destino do país ao controle das economias imperialistas, porém, com um agravante: **exercido a partir de dentro!** A burguesia local associada e interessada na entrada de companhias estrangeiras não tem condições de (e não quer) realizar uma revolução burguesa de caráter nacional até seu limite e romper com setores arcaicos e superar seus laços de dependência. Mas por quê?

Devido a sua evolução histórica. Por se tratar de um capitalismo com formação específica³²,

³² Isto é, uma formação que não conseguiu levar suas forças produtivas capitalistas ao pleno desenvolvimento.



“(...) *classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente a sociedade de classes*”. (Fernandes, 1975: 35.)

Em outras palavras, foi necessário ao capitalismo *ajustar-se (e não superar)* a estrutura social brasileira e seus restos de coloniais, criando uma grande distorção em relação ao modelo europeu de sociedade de classes. O capitalismo que faz das classes sociais o elemento dinâmico da sociedade, encontrando aqui a dualidade social, teve o dinamismo de seus elementos revolucionários inibidos, tornando a sociedade pouco sujeita a alterações.

Todavia, não havendo canais pelos quais fluam as tensões sociais, a *instabilidade política tornou-se inevitável*. O receio de mudança da ordem conduz a burguesia já acostumada ao capital estrangeiro, a uma aliança estratégica: unir-se às nações hegemônicas e imperialistas, enfraquecendo e mantendo distante das decisões os demais agentes sociais internos. Assim, mantiveram-se os laços de subordinação das dinâmicas econômica, política e cultural, porém não mais através de laços coloniais, mas sim por meio de um arranjo complexo de interesses entre a burguesia local e o capital estrangeiro.

Em outras palavras, são as decisões da burguesia local que realizaram e realizam a dualidade externa, utilizando para isso o poder que possuem para impor sua vontade. No entanto, manter essa estrutura social, na ausência de canais de vazão para as tensões sociais, obriga a burguesia a utilizar também *formas pré-capitalistas de auto-proteção*, tanto através da violência econômica, política, cultural como, se necessário, física. Resumindo:

“*a base estrutural com que contam [os burgueses], para se firmar como classe em si e para si, é tão fraca, que não podem despojar a ordem social competitiva de arranjos variavelmente pré ou extra-capitalistas*”. (Fernandes, 1975: 70)

Deste modo, é inevitável que a explicação para a dependência esteja na forma como se dá a *relação entre as classes*. É aí que encontramos por que é necessário ao capitalismo dependente a coexistência de estruturas econômicas, políticas e culturais em diferentes idades históricas: pois só com essa convivência, a articulação e expansão da economia, como uma base para a exploração externa e a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder, tornam-se possíveis.



Nesse contexto, os *setores dominantes, tradicionais e modernos, unem-se* no resguardo de formas mais ou menos espoliativas de acumulação. Porém, essas formas só são possíveis se se mantêm os demais setores sociais excluídos dos centros de decisão, da renda e da cultura. Isso não pode ser conseguido em uma sociedade competitiva. Então só resta aos “donos do poder” manter a exclusão dos setores despossuídos da sociedade e oprimir caso surja alguma força realmente democrática. Ou seja, a burguesia, ao unir-se ao capital financeiro internacional, isolando as classes mais baixas, tornou-se dependente econômica, cultural e politicamente das nações hegemônicas. Nesse sentido, detendo o poder interno, implantou, para si e para o capital estrangeiro, o modelo de capitalismo moderno e cosmopolita, mas não autônomo nem desenvolvido. Todavia, para manter essa situação foi necessário não construir uma sociedade competitiva na sua inteireza. Excluindo parcelas significativas da população, colocando-as sob formas não capitalistas de trabalho, tornou a sobre-exploração possível, conseguindo assim uma sobre-apropriação a ser repartida com o capital estrangeiro. Essa exclusão da ordem social competitiva permite ainda manter política, econômica e culturalmente os despossuídos em estado de anômia, sem organização e reivindicação de direitos.

Resumindo: se não houver a convivência de forças produtivas em idades históricas diferentes, a elite e o capital estrangeiro não usufruem da sobre-apropriação repartida do excedente econômico: ou pela sua inexistência ou pela superação da dualidade social a que uma sociedade competitiva conduz. Seria o fim da dependência.

5. Comentários finais

Diante do exposto, não é difícil imaginar o tamanho do problema que enfrentam os países da América Latina para superar suas mazelas e alcançar uma melhor condição de vida para o seu povo. Na verdade, não se trata de o **país**, como um todo, procurar uma saída, mas, sim, de superar, aqui dentro, lutando contra forças e interesses internos, os descaminhos e a exploração a que está submetida a população trabalhadora.

O imperialismo, que por seu próprio mecanismo busca acordos com as classes dominantes locais, construiu uma muito sólida estrutura de alianças difícil de ser enfraquecida e derrubada. O domínio já prescindiu da força e da coerção física, materializando-se na aceitação passiva da realidade e na naturalização das relações sociais.

Para isso colabora uma indústria cultural e de informações altamente concentrada nas mãos de pouquíssimos e muito ricos membros da elite cosmopolita latino americana. Naturalmente



aliados das demais frações dos grupos dominantes locais e ante uma população privada de outros meios de acesso a cultura e educação de qualidade, a tendência é a perpetuação dos mesmos no poder com todas as conseqüências que a continuidade da situação de dependência pode acarretar.

Nesse sentido, a tomada de conhecimento somada a participação contínua nos espaços abertos aos homens e mulheres de consciência crítica constitui a única ferramenta possível aos que buscam transformar a realidade. Para tanto, a leitura do texto acima é só o primeiro passo.

Bibliografia consultada:

AMSDEN, Alice H. *Imperialism*. In: EATWELL, MILGATE e NEWMAN (orgs) *Marxian Economics*. London: Macmillan Press, 1990.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

CARDOSO e FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CATANI, Afrânio. *O Que É Imperialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CHAUI, Marilena. *O Que É Ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

FAJNZYLBER, Fernando. *Industrialización en América Latina: de la 'caja negra' al 'casillero vacío'*. Santiago: CEPAL, 1990.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

KEYNES, John M. *Fim do "Laissez Faire"*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org) *Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.



LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado*. São Paulo: Nova Fronteira, 1994.

LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl. *O Capital*. México D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

MAZZUCHELLI, Frederico. *Capitalismo: Tendências e Crises (uma reflexão a partir de Marx)*. Campinas: Unicamp.IE, 1983 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Carlos Alonso B., *O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*. Campinas: Unicamp.IE, 1985 (Dissertação de Doutorado).

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

RUBIN, Isaak I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1967.